



1

A PEDAGOGIA ENQUANTO CIÊNCIA: DISCURSO OU REALIDADE?

SILVA, Kamille Maria das Graças Salgado da¹
ksalgado2010@gmail.com

DOMINSCHEK, Desiré Luciane²
desire.d@uninter.com

INTRODUÇÃO

Pensar a pedagogia como ciência e o pedagogo, em seus diferentes espaços de atuação na sociedade, como sendo o responsável por realizar estudos e investigar os fenômenos educativos, sendo reconhecido como o cientista da educação e não apenas reduzindo-se às metodologias no âmbito de suas práxis, são as discussões que vão balizar esta pesquisa. O objetivo central está em compreender a pedagogia no âmbito científico da educação, e para tal, inicialmente optou-se em olhar para o contexto histórico desta ciência, enquanto um curso que forma pedagogos, desde a sua criação no Brasil, em 1939, até sua última reconfiguração em 2006, quando o Conselho Nacional de Educação (CFE) instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCNCP). Tomando o contexto histórico como norte para compreensão de como a pedagogia chega na contemporaneidade, buscou-se identificar qual a sua especificidade, bem como analisar a práxis do pedagogo em seus diferentes espaços de trabalho na tentativa de responder ao problema central desta pesquisa: A pedagogia é reconhecida como ciência?

¹ Graduada em Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de conclusão de curso, primeiro semestre-2019.

² Doutorado em Educação na área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) participa do grupo de estudos; História, Sociedade e Educação no Brasil; (HISTEDBR). Mestre em Educação na área de concentração: História e Historiografia da Educação, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e Ciência Política pela (UFPR); graduada em pedagogia pela mesma instituição. Professora de História da Educação do Centro Universitário Internacional Uninter, com experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação.. Atualmente coordena o setor de Pesquisa e publicações acadêmicas e o Comitê de Ética da Uninter, também é coordenadora Institucional do Programa de Iniciação à docência da UNINTER.

Este estudo se justifica com as observações que se realizaram durante quatro anos de vivência dentro do curso de pedagogia onde o trabalho do pedagogo, muitas vezes, se reduz ao trabalho docente e concomitantemente acaba retirando a pedagogia dos seus estudos centrais, que estão em olhar para a educação em todos os seus processos, sejam eles formais ou não formais. A preocupação em olhar para a pedagogia por este viés se alicerça em Libâneo (2009), profissionais e instituições de ensino desconhecem a teoria pedagógica e acabam muitas vezes compartilhando de uma ideia “simplista e reducionista” ao classificarem a Pedagogia como a utilização de “técnicas de ensino”.

Sendo este um estudo inicial, a compreensão teórica se apresenta indispensável. A pesquisa bibliográfica será a principal metodologia para o desenvolvimento das argumentações, uma vez que novos estudos desta natureza sempre se apoiam em teorias anteriores (SEVERINO, 2007). Os principais teóricos que sustentarão cientificamente esta pesquisa são: Dermeval Saviani, Carmem Silvia Bissolli da Silva, Schmied-Kowarzik e José Carlos Libâneo. Alguns documentos legais foram submetidos à investigação por meio de uma pesquisa documental, e por fim, optou-se também pela pesquisa de campo, onde “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio” (SEVERINO, 2007), cujo objetivo foi compreender, por meio de uma entrevista semiestruturada, qual o entendimento dos pedagogos sobre a pedagogia enquanto ciência.

Contexto histórico do curso de pedagogia no Brasil

O momento histórico que marca a entrada da Pedagogia no Brasil como uma profissão de base científica, e uma área de investigação específica com objeto e métodos próprios, advém do movimento renovador de 1920 que buscava reorganizar todo campo educacional no país (SAVIANI, 2008). Liderada por Anísio Teixeira, que na época estava à frente da Secretaria de Instrução Pública, em prol de um sistema público de ensino e em decorrência das novas ideias que emergiam em relação a educação, criou-se em 1935 a Universidade do Distrito Federal (UDF) na então capital do Brasil o Rio de Janeiro (NUNES, 1992). Os ideais renovadores ganharam importante influência nos

espaços da burocracia educacional, que também eram ocupados por educadores católicos e fizeram duras críticas de resistência as novas ideias que se apresentavam (SAVIANI, 2008).

Em 20 de janeiro de 1939, através do Decreto de Lei nº 1.063, o governo criou a Universidade do Brasil e extinguiu a Universidade do Distrito Federal com o intuito de controlar e centralizar as ideias, que a partir de então foram estabelecidas como um padrão a ser seguido por todas as instituições de ensino superior no país, “desempenhando um papel orientador e disciplinador da cultura do país”. Em decorrência deste movimento organizou-se a Faculdade Nacional de Filosofia em quatro seções – filosofia, ciências, letras e pedagogia, sendo acrescida também uma seção especial que era a didática. Diferente das demais seções que se constituíam de diversos cursos a pedagogia, bem como a didática, estavam ligadas restritamente apenas a um, que adotou o nome da própria seção, o curso de pedagogia (SAVINI, 2008).

Como padrão instituído em todo o país, os cursos desta faculdade organizaram-se em duas modalidades – bacharel e licenciatura. O curso de pedagogia tinha a dupla função de formar bacharéis e licenciados nas diferentes áreas. O bacharel, que se formava em três anos, era o especialista em educação, atuando em funções técnicas dentro do Ministério da Educação, já o licenciado formava-se em quatro, três anos de pedagogia e mais um de didática, o conhecido esquema “3+1” da época, e por não possuir um campo de trabalho próprio acabou sendo direcionado para lecionar as disciplinas de filosofia, história e matemática (SILVA, 2006).

Silva (2006) e Saviani (2008), levantam críticas quanto ao formato estabelecido para o curso de pedagogia. A primeira delas recai sobre a criação de um profissional sem considerar a realidade para a qual ele estava sendo preparado. Em decorrência disto, outra questão que se levanta é quanto ao currículo, já que o curso foi criado com dupla função.

Em decorrência da reforma universitária, Lei n. 5.540/68, sete anos depois do Parecer n. 251/62 que colocou fim ao esquema “3+1”, o curso de pedagogia ganhou uma nova regulamentação, o Parecer n. 252/69. Neste contexto continuou a ser desconsiderado um perfil que conseguisse definir os profissionais formados por este

curso e também quais seriam as suas atribuições, sendo assim, o que se defendeu foi a continuidade de se formar este profissional, mesmo que com diferentes aspectos, sob o mesmo título dentro do curso de pedagogia, que seria composto por uma parte comum e outra diversificada. “A primeira deverá dar conta da base comum e a segunda, das diversas modalidades de capacitação, uma especialização traduzida na forma de habilitações” (SAVIANI, 2008, p. 45). Seguindo a mesma justificativa, quanto ao título com o qual seria diplomado este profissional, assim também foram com as habilitações, que sob aprovação de uma emenda pelo CFE ficou definido a partir de então que o título deste curso se daria como licenciatura, independente da habilitação que escolhesse (SAVIANI, 2008). A didática neste contexto, conforme aponta Silva (2006), ocupou lugar na parte comum do curso, com a justificativa de ser ela o ato de ensinar, portanto todos, independente da habilitação, poderiam lecionar.

A introdução das habilitações representa o destaque nesta regulamentação, que visou formar especialistas em Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar além do professor para o ensino normal (SAVIANI, 2008). Ainda que as especialidades demandassem uma formação em nível de pós-graduação elas foram incluídas na parte diversificada do currículo sob o argumento de atender as demandas do mercado de trabalho (SILVA, 2006). O que se pretendeu com as habilitações foi a superação de uma formação generalista do profissional pedagogo, uma vez que o mercado demandava de profissionais especialistas para atuar de forma específica nas escolas e nos sistemas de ensino. Porém, com um currículo constituído de uma base comum e outra diversificada o curso continuou formando generalistas, ainda que também o especialista (SAVIANI, 2008).

Vários movimentos e discussões emergiram durante o período entre 1970 e 1980 por em torno da questão da identidade do pedagogo bem como do curso de pedagogia. Diferentes instituições de ensino iniciam um trabalho de reformulação do curso, principalmente para tentarem amenizar as marcas tecnicistas que a educação adotou por conta do parecer CFE n. 252/69. Conceber a lógica do mercado de trabalho para pensar a estrutura do curso pelo qual seriam formados os profissionais, causando um “esgotamento das possibilidades de encontrar-se a identidade do pedagogo” levou a

pedagogia a ser discutida “como campo de conhecimento e investigação”, ou seja, “à questão teórico-epistemológica da pedagogia poderia oferecer elementos” para facilitar as discussões na “dimensão prático-institucional” (SILVA, 2006, p. 73-74).

A LDB trouxe distinção entre o pedagogo escolar e o docente, mas por outro lado, ao estabelecer que a formação docente para atuar na educação básica se fizesse, além da universidade, nos institutos superiores de educação, questionou-se novamente a existência do curso, uma vez que a formação dos profissionais não docentes poderia ser feita, também, em nível de pós-graduação. Como resultado dos questionamentos algumas universidades enviaram propostas para a manutenção do curso (DOMINSCHER; WALOSKI, 2013), dentre elas, formulado pela ANFOP em 1998, destaca-se a “Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação”. Este documento coloca o espaço da universidade como “*locus* privilegiado da formação dos profissionais da educação básica e superior”, indicando a formação universitária dos profissionais da educação e a manutenção do curso de pedagogia, bem como das demais licenciaturas. Os itens que integram este documento são em relação ao perfil profissional, as competências e áreas de atuação, os eixos norteadores da “base comum nacional”, os princípios e componentes curriculares e a duração do curso (SILVA, 2003).

As DCNCP de 2006 marcam a última mudança histórica do curso de pedagogia no Brasil, sendo elas a base orientadora das instituições de ensino superior que oferecem este curso (DOMINSCHER; WALOSKI, 2013).

Caminhar pelo contexto histórico do curso de pedagogia no Brasil corrobora para que se compreenda que ela, enquanto curso, visou, desde a sua criação, a formação de profissionais da educação desconsiderando um campo próprio de atuação para o pedagogo. Outra questão está relacionada com o “aborto” dos estudos científicos da pedagogia, desconsiderando sua especificidade enquanto ciência e que tem nos pedagogos os seus cientistas, tendo em vista que nem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação de Pedagogia (DCNCP) especificam tais questões.

A pedagogia e sua especificidade

A necessidade de resgatar o entendimento sobre a natureza e a especificidade da educação nos estudos de Saviani é indispensável para que seja possível entender a pedagogia como a ciência da e para a educação, a qual tem como objeto de estudo a própria educação.

A educação é uma prática social que se realiza intencionalmente por meio do trabalho humano e a pedagogia, segundo Schmied-Kowarzik (1983), é uma ciência da e para a práxis educacional, aquela pela qual o pedagogo investiga os fenômenos reais da educação por meio da teoria e posteriormente elabora ações práticas para atingir os fins educativos.

Pedagogia e educação estão numa relação de interdependência recíproca; a educação depende tanto de uma diretriz pedagógica prévia quanto a pedagogia de uma práxis educacional anterior. Por isso a pedagogia nem pode tematizar de uma maneira puramente teórica a práxis educacional, como um evento passível de representação, nem pode se voltar a uma intervenção prática direta, já que ela é uma ciência da educação somente quando é simultaneamente uma ciência para a educação, e vice-versa. Nesta medida, a instância medidora entre teoria pedagógica e práxis educativa repousa no educador, graças ao qual ela pode, enquanto ciência tornar-se prática na pesquisa e no ensino (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 24).

A educação enquanto uma prática social precisa ser crítica, ou torna-se alienada. Nesta perspectiva, a pedagogia enquanto teoria é entendida como àquela que faz a crítica da práxis na sociedade e ao fazê-la está tomando partido em relação aos conflitos e as lutas reais da sociedade. Cabe a pedagogia transformar esta práxis social pela própria prática.

Este olhar transformador que a pedagogia deve estabelecer sobre a realidade, a dialética da práxis social, é o pensamento central da teoria dialético materialista de Karl Marx. Neste contexto a “educação é concebida no momento da prática social [...] é àquela prática que serve à produção e reprodução [...] à formação dos indivíduos enquanto portadores da práxis social” (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 44).

A compreensão de dialética no âmbito de uma educação crítica parte do contexto histórico de uma sociedade para reivindicar criticamente da própria educação o seu não cumprimento com a transformação de uma sociedade emancipada.

A dialética é um caminho pelo qual a educação realiza reflexões críticas da realidade social, porém não pode ser considerada uma teoria prática a ser aplicada sobre todas as faces da sociedade, pois diferentes realidades exigem diferentes reflexões críticas (SCHMIED-KOWARZIK, 1983).

A pedagogia sendo a ciência dessa educação crítica também precisa ser crítica ao olhar para os fenômenos educativos, para que no momento da práxis a ação seja consciente. Para Pimenta:

“[...] a pedagogia precisa revelar de modo crítico/ analítico as contradições sociais, os momentos de alienação na práxis educacional e socialização anteriores, para daí criar as pré-condições teoricamente conscientes para uma prática consciente dessa alienação” (1994, p. 14).

Sendo a pedagogia uma ciência prática, ela possui “a estrutura peculiar de ser uma ciência da educação para a educação, porque a educação, enquanto seu objeto, representa uma ação do homem sobre o homem” (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 128-129).

A práxis educativa precisa de uma diretriz teórica, com base científica, que se dá através da pedagogia, contudo esta depende da educação enquanto práxis, pois ela só pode ser a diretriz da prática se conhecer esta prática. Se a pedagogia fosse apenas conhecimento da educação, não poderia ser diretriz da prática, ficaria situada no saber empírico. Caso fosse conhecimento para a educação, não poderia ser ciência da prática, seria puramente técnica. As duas formas são possíveis, desde que se relacionem dialeticamente (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 129).

A pedagogia e o pedagogo no âmbito científico: uma análise sobre a realidade no espaço formal e não formal

Em acordo com Schmied-Kowarzik (1983), entendendo a pedagogia como ciência apenas quando através da prática educativa do educador a sua teoria assume na práxis caráter humanizador, buscou-se identificar como pedagogos estão ocupando seus espaços de trabalho como cientistas.

Os dados trabalhados foram coletados em uma entrevista semiestruturada com quatro pedagogos, sendo dois do espaço formal, escola, e dois do espaço não formal.

O pedagogo escolar é o responsável pela organização do trabalho pedagógico no espaço formal, espaço que deve possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos (ALMEIDA; SOARES, 2010).

Ao serem questionados sobre as atribuições do pedagogo escolar, obteve-se os seguintes apontamentos dos pedagogos do espaço formal: Atuam na formação continuada do professor, alimentação do PPP, realização do plano de ação, acompanham o desenvolvimento dos alunos, realizam os encaminhamentos necessários e cobram o retorno dos mesmos (PEDAGOGO A, 2019). Para o pedagogo B, ele é o articulador do trabalho pedagógico: No meu entendimento o pedagogo é o articulador do trabalho pedagógico realizado na escola, com vistas ao cumprimento de sua função social: a democratização dos conhecimentos historicamente produzidos. É tarefa do pedagogo atuar na direção da implementação do projeto político-pedagógico da instituição e para tanto, é fundamental para a organização intencional e planejada de todo o trabalho educativo, numa perspectiva democrática e coletiva. Suas atribuições, nesta direção são diversas, devendo atuar na gestão da escola, na formação continuada dos professores, no planejamento educacional e na avaliação da aprendizagem (PEDAGOGO B, 2019). Contribuindo com a colocação anterior, pensando o espaço não formal, o pedagogo é aquele que implementa, planeja métodos educacionais, acompanha a qualidade de ensino, qualifica equipes de pessoas, orienta os estudantes nos processos de aprendizagem, assessora pedagogicamente os veículos de comunicação, realiza auditorias, pesquisas, avaliações, coordena projetos sociais, além de desenvolver processos de humanização e desenvolvimento pessoal, sempre com foco na educação (PEDAGOGO C, 2019).

Como bem colocam os pedagogos entrevistados, cabe ao pedagogo organizar e contribuir para a implementação do projeto político-pedagógico (PPP) na escola. Esta é uma das atribuições essenciais ao pedagogo, pois “o projeto político-pedagógico é o eixo articulador da organização do trabalho pedagógico desenvolvido na instituição de ensino (ALMEIDA; SOARES, 2010, p. 8).

Gohn (2006) considera que os espaços não formais de educação são todos os locais onde acontecem interações intencionais, seja “no ato de participar, de aprender, transmitir ou trocar saberes” (p. 29).

A pedagogia, como já bem se apresentou neste estudo, chega na contemporaneidade por meio de um curso que forma professores e pedagogos para atuar nas diferentes esferas onde se façam necessários conhecimentos pedagógicos e/ou educacionais.

O termo *pedagogia* se aplica ao campo teórico-investigativo da educação (em conexão com as demais ciências da educação) e ao campo técnico-profissional de formação do profissional não diretamente docente e, o de “pedagogo”, ao profissional formado nesse curso. É dissolvida, assim, a designação *pedagogia* para identificar o curso de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, postulando a regulamentação do curso de Pedagogia destinado a oferecer formação teórica, científica e técnica para interessados em aprofundamento na teoria pedagógica, na pesquisa pedagógica e no exercício de atividades pedagógicas específicas - planejamento de políticas educacionais, gestão do sistema de ensino e das escolas (LIBÂNEO, 2001, p. 14).

A pedagogia, para além da nomenclatura de um curso, e como descreve Libâneo (2008) “é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa” (p. 29-30).

É a pedagogia que se ocupa da intencionalidade na ação educativa, investigando e contribuindo para a construção da sociedade ao passo que contribui para a construção de seres humanos sociais (LIBÂNEO, 2008).

Para os pedagogos entrevistados a pedagogia é uma ciência, pois é ela que investiga, pesquisa, reflete e busca novos e diferentes métodos intencionais para que, em todos os níveis de ensino, e nos diferentes espaços da sociedade, se elevem os conhecimentos de uma educação mais crítica, que transforme a sociedade a partir do desenvolvimento de cada ser humano presente na sociedade.

Contudo, a pedagogia só é ciência por meio do próprio ser humano, do pedagogo enquanto cientista, aquele que realiza as ações com base em seus estudos. Por este motivo é que se faz necessário:

[...] a formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um

campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundante de toda formação técnica e docente (LIBÂNEO, 2001, p. 15)

A pedagogia se faz ciência por meio de seus estudiosos, que precisam assumir-se cientistas. Neste sentido, quando levantada esta questão em entrevista, se eles se consideram cientistas, observou-se que sim. As colocações e justificativas para tal afirmação se desdobram sobre diferentes perspectivas. Conforme explica o pedagogo A:

Sim, porque estou sempre estudando, me atualizando, procurando entender o que se passa no todo e buscando plantar a sementinha da mudança. Vejo que o meu trabalho em sala de aula é muito importante (PEDAGOGO A, 2019).

Entendendo que se fazer cientista implica estar em constante desenvolvimento por meio da pesquisa, o pedagogo D se vê “como um aprendiz consciente da infinita caminhada do aprender (2019).

Os pedagogos entrevistados atuam em diferentes contextos educacionais, possuem experiências distintas acerca de suas práxis e, mesmo que com diferentes apontamentos, concordam que a pedagogia é uma ciência ao mesmo tempo que se afirmam como cientistas. Ressaltam também a necessidade de que para tanto se faz necessário estar em constante aproximação com a pesquisa, pois a prática necessita desta interferência para se fazer práxis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da pedagogia no Brasil apresenta diversas mudanças ao longo do tempo. Dentre elas, e que se depara diretamente com a pesquisa deste estudo, é o distanciamento da teoria científica. Desde 2006, com a resolução CNE/CP n. 1/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação de Pedagogia (DCNCP), definindo o curso como uma licenciatura, o que se percebe é que não fica definido uma orientação legal que corrobore para que a pedagogia seja compreendida e reconhecida no âmbito científico, problema este que se reitera desde a sua criação no Brasil na década de 1930.

Neste estudo foi possível compreender que a pedagogia é uma ciência prática da educação para a educação, que através da ação intencional e crítica do pedagogo

transforma a práxis educativa. É preciso resgatar também o caráter humanizador da pedagogia, pois é ela que deve transformar a realidade através de uma educação emancipadora, e isto só é possível se houver a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Os pedagogos entrevistados, que atuam diretamente na realidade do âmbito educacional, em diferentes espaços, concordam que a pedagogia é uma ciência e procuram através do trabalho intencional caminhar nesta defesa, associando sua prática com os estudos que realizam, entendendo-se como investigadores, cientistas destes espaços, que fazem da pedagogia uma ciência.

A expressão da pedagogia enquanto ciência se apresenta diversas vezes neste texto justamente com a intenção de defender que esta é mais do que apenas uma concepção de entendimento pessoal, pois está alicerçada em base teórica, em estudos anteriores a este, defendidos por autores que estão diretamente envolvidos com a educação e defendem a pedagogia no âmbito científico.

O que se apresenta como um desafio é compreender por que a pedagogia enquanto ciência tornou-se muito mais um discurso do que uma realidade, já que acaba apenas reduzindo-se às metodologias de ensino na formação inicial, fato este vivenciado em quatro anos como aluna do curso de pedagogia, tanto nas experiências vivenciadas durante os estágios obrigatórios quanto nas disciplinas, que deveriam direcionar a pedagogia no seu aspecto científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de; SOARES, K. C. D. **Pedagogo escolar**: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14 de set. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Resolução nº 01, de 15 de maio de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de maio 2006. Disponível em:



12

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

DOMINSCHKE, D. L.; SILVA, W. da; SOUZA, D. M. R. de. Por uma educação crítica e transformadora: em defesa da pedagogia histórico-crítica e da emancipação da prática docente. **Intersaberes**, Curitiba, v.11, p.110-124, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/download/1006/562>>. Acesso em: 27 de setembro 2018.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ, Rio de Janeiro**, v.14, n.50, p.27-38, jan-mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, nº17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NUNES, C. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos? **Teoria e Realidade**, nº6, p.151-82, 1992.

PIMENTA, S. G. **Educação, Pedagogia, e didática** - In: Anais VII Encontro Nacional de Didática e Prática de ensino.1994
<https://pt.scribd.com/document/167384564/EDUCACAO-PEDAGOGIA-E-DIDATICA>

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia Dialética – de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense 1983.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.